

Marina Silva defende orgânicos como chave para clima e alimentação

Lucio Camargo/Unicamp

Ministra abriu o Primeiro Congresso de Agricultura Orgânica na Unicamp

Por Moara Semeghini

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, defendeu a ampliação de políticas públicas para tornar a agricultura orgânica mais acessível à população e enfrentar os desafios da crise climática, durante a abertura do 1º Congresso Técnico-Científico de Agricultura Orgânica, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em Campinas.

Realizado entre os dias 17 e 19 de março, no Centro de Convenções da universidade, o evento reúne autoridades, pesquisadores e produtores para discutir os desafios e avanços do setor no Brasil. Promovido pelo Instituto Brasil Orgânico (IBO), o congresso é o primeiro do gênero no país e busca ampliar a visibilidade e o protagonismo da agricultura orgânica na agenda da economia verde.

Com programação ao longo de três dias, o congresso se propõe a articular produção, mercado, ciência e cultura, reunindo trabalhos científicos e técnicos de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), universidades e centros de pesquisa. A iniciativa também pretende fortalecer a cadeia produtiva, ampliando o acesso à informação por produtores rurais e incentivando práticas inovadoras e sustentáveis.

Segundo a ministra, o alto custo ainda associado a esses produtos pode ser enfrentado com políticas estruturantes. “Por isso que é muito importante que se tenha políticas públicas de assistência técnica, de crédito acessível para que essa produção chegue à mesa das pessoas por um preço cada vez menor”, afirmou. Ela ressaltou que, com suporte adequado, há redução de custos ao longo do tempo. “Quando você tem o suporte para alavancar essas atividades, o desdobramento é que vai reduzir custos e mesmo assim hoje já é bastante acessível. Existe às vezes uma tentativa de dizer que a agricultura orgânica é só de elite, não, muito pelo contrário. É uma forma em que os produtores, se adequadamente treinados e agora com as possibilidades dos bioinsumos, vai ficando cada vez mais possível que esses agricultores eles mesmos possam produzir todos aqueles elementos que são necessários para aumentar a produção por ganho de produtividade.”

A ministra também defendeu a ampliação de instrumentos de apoio. “Crédito, assistência técnica, formas inclusive mais acessíveis de certificar a produção orgânica que muitas vezes é contaminada pelos agrotóxicos, pelos pesticidas.” Ao abordar a crise climática, Marina Silva afirmou que o tema atravessa diversas dimensões da vida social. “A questão da mudança climática. A mudança climática é um problema em todos os níveis, tanto para a segurança alimentar quanto para a segurança energética e para as nossas próprias vidas.”

Ela citou eventos recentes como exemplo dos impactos já em curso. “É o que nós vimos agora lá em Minas Gerais e temos visto em



A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima destacou a importância da agricultura orgânica para minimizar os desafios da insegurança alimentar e as mudanças climáticas

várias regiões do país. Se não parar de fazer emissão de CO₂ pelo uso de carvão, de petróleo e de gás, a terra vai aquecer cada vez mais.”

A ministra mencionou ainda o lançamento do Plano Clima. “Nós lançamos ontem o Plano Clima, o Plano Clima tem meta de redução de emissão de CO₂ para a indústria, para o setor de transporte de cidades, para a agricultura, todos os setores, inclusive de energia, porque a energia precisa ser limpa e de base sustentável.” Marina também destacou a posição do governo federal no cenário internacional. “Por isso que o presidente Lula defendeu na COP30 que nós façamos o mapa do caminho para sair da dependência do uso de combustível fóssil.”

Eleições

Questionada sobre uma possível candidatura nas próximas eleições, Marina afirmou que ainda não há decisão. “Isso ainda não está decidido. Tem um processo de discussão que está sendo feito aqui em São Paulo, eu participo desse processo, graças a Deus temos excelentes nomes, temos o nome da ministra Simone Tebet, do Márcio França, do querido Fernando Haddad, já temos o nosso vice-presidente e eu participo do debate para ajudar a construir o que for a melhor alternativa.”

Ela disse que o foco deve ser a construção de um projeto comprometido com direitos e sustentabilidade. “Manter o coeficiente civilizatório de pessoas que têm um compromisso com o direito das mulheres, com o direito do povo indígena, com políticas públicas que promovam a inclusão social, ao mesmo tempo em que a gente possa ter uma economia próspera, porque nós temos que ter um modelo sustentável de desenvolvimento que tenha lugar para todo mundo.”

Queda no desmatamento

A ministra também citou resultados recentes de políticas ambientais. “Graças a Deus isso é possível. Nós conseguimos reduzir o desmatamento e a agricultura cresceu.”

Sobre o papel da agenda climática nas eleições, ela foi enfática. “Precisa ser [central], com tudo que está acontecendo no mundo e no Brasil, onde a gente tem seca na Amazônia, chuva demais no Rio Grande do Sul, acabamos de ter vidas que foram ceifadas aqui em São Paulo e lá em Minas Gerais.”

Ela alertou para os riscos à segurança alimentar e energética. “Cada vez mais os siste-

mas alimentares podem ser comprometidos, a segurança energética pode ser comprometida.” E defendeu que o eleitor observe o compromisso dos candidatos. “A população tem que ficar muito atenta. Quem é que vai debater o tema da mudança climática com o compromisso de fazer o enfrentamento?”

Segundo ela, esse enfrentamento passa por duas frentes. “Existem dois enfrentamentos que precisam ser feitos: a agenda de mitigação, reduzir as emissões de CO₂, e a adaptação.”

Marina também criticou a falta de políticas locais de adaptação. “Um dos estados mais ricos da nossa federação é o estado de São Paulo. No entanto, não tem uma política adequada de adaptação.”

Ela exemplificou os impactos diretos na vida da população. “É fundamental que a população compreenda que quando a sua rua fica alagada, o seu carro às vezes é trágado pela água, o seu ente querido é trágado pela água.” Sobre a continuidade das políticas ambientais, a ministra afirmou que os programas em curso devem ser mantidos. “As políticas públicas que estão sendo implementadas continuarão sendo implementadas.”

Ela destacou avanços no combate ao desmatamento. “Nesse ano, nós já temos um dado importante que o desmatamento na Amazônia pode chegar à menor taxa pelos primeiros seis meses que já foram medidas.” Segundo Marina, as ações envolvem diferentes frentes. “Vamos continuar fazendo as ações, tanto na parte de fiscalização, combatendo a ilegalidade, quanto na parte de ordenamento territorial e regularização fundiária e apoio às atividades produtivas e sustentáveis.”

Ela citou também fontes de financiamento. “Com recursos do Fundo Clima, recursos do Fundo Amazônia, recursos do Ecoinvest e as políticas voltadas para apoio à bioeconomia, ao turismo e à forma sustentável de combater desmatamento.”

A ministra afirmou que há planos para todos os biomas brasileiros. “Nós hoje temos planos para todos os biomas, para a Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa.”

E reforçou a importância da ciência. “Cada vez mais vamos precisar de fazer políticas públicas a partir de dados e evidências.” Ela destacou o papel da academia e dos saberes tradicionais. “Tanto aqueles que são aportados pela academia, que vem da pesquisa básica, que vem da pesquisa aplicada, quanto

aqueles que vêm da observação das pessoas, sejam agricultores familiares, sejam populações tradicionais.”

“Sem conhecimento é impossível, nesse tempo tão incerto, com tantos desafios, a gente diminuir recursos e esforços para poder alcançar os melhores resultados”, concluiu.

Na sequência, o presidente do Instituto Brasil Orgânico, José Pedro Santiago, ressaltou o crescimento da demanda por produtos orgânicos, embora o Brasil ainda careça de dados consolidados sobre o setor. “O interesse das pessoas está crescendo, mas não temos estatísticas confiáveis”, afirmou. Segundo ele, a expansão da produção ainda esbarra na falta de pesquisa, assistência técnica e canais de comercialização. “São coisas que dependem de políticas públicas. A gente paga imposto para isso”, criticou.

Ele destacou que o aumento da produtividade é um dos caminhos para reduzir preços e ampliar o acesso. “Existem técnicas que aumentam a produtividade do orgânico, o que diminui o custo unitário e torna o produto mais acessível”, explicou. Ele também citou o crescimento do consumo em regiões como Campinas, onde há iniciativas de agricultura familiar e produção orgânica.

Encerrando a sequência de falas, o diretor-executivo de Pesquisa e Desenvolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Clenio Nailto Pillon, destacou o papel da ciência e da inovação no desenvolvimento da agricultura brasileira, e nos desafios atuais do setor.

Ele lembrou que o país passou de importador de alimentos, nos anos 1970, a um dos maiores produtores globais, graças ao investimento em conhecimento e tecnologia. “Superamos a insegurança alimentar, mas os desafios mudaram”, afirmou. Entre os novos desafios, Pillon citou a dependência externa de insumos e a crescente demanda por alimentos mais saudáveis. Segundo ele, a Embrapa atua em diferentes modelos produtivos, incluindo a agricultura orgânica, e busca desenvolver soluções baseadas em processos biológicos e menos dependentes de insumos externos. “É uma agricultura cada vez mais suportada por informação e ciência”, afirmou. Para ele, o grande desafio é combinar produção em escala com acesso ampliado da população. “Precisamos avançar na democratização do acesso a alimentos de alta qualidade”, concluiu.